

O QUE NAS ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS EXPLICATIVAS É RELATIVO AO COPIDESQUE

Juliane Mattei Orlandi¹

Cleide Inês Wittke²

Resumo: Este trabalho tem por intuito traçar uma comparação entre diferentes definições apresentadas em gramáticas acerca das orações subordinadas adjetivas explicativas, apoiando-se na análise semântica e sinonímica das conceituações oferecidas, à medida que, enquanto umas as conceituam como informações adicionais, outras as definem como dispensáveis ao sentido total da frase. Utilizou-se neste artigo as obras de Faraco e Moura (1999), Perini (1999), Neves (2000), Luft (2002), Cegalla (2008) e Bechara (2009). Além disso, relacionou-se à pesquisa questões e práticas de revisão de texto, mais especificamente de copidesque, estabelecendo-se um elo entre essa atividade e o estudo das orações.

Palavras-chave: Oração Subordinada Adjetiva Explicativa. Semântica. Revisão de textos. Copidesque.

Abstract: This paper is meant to draw a comparison between different definitions presented in grammars about the explanatory adjective subordinate clauses, relying on the semantic analysis and synonymic analysis of the conceptualizations offered, as while some authors consider it as an additional information, others define it as expendable to the total meaning of the sentence. It was used in this paper the works of Faraco & Moura (1999), Perini (1999), Neves (2000), Luft (2002), Cegalla (2008) and Bechara (2009). Moreover, it was related to the research questions and practices of proofreading, more specifically of copy desk, establishing a link between this activity and the study of the sentences.

Keywords: Explanatory Adjective Subordinate Clauses. Semantics. Proofreading of texts. Copy desk.

Considerações iniciais

Este trabalho parte da inquietação provocada pelo fato de os gramáticos apresentarem diferentes informações referentes à caracterização da oração subordinada adjetiva explicativa, sendo que, enquanto alguns a definem como acréscimo de informação, outros minimizam sua importância, afirmando que poderia ser excluída sem prejuízo ao sentido total da frase.

¹ Acadêmica do curso de Bacharelado em Letras - Redação e Revisão de Textos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

² Professora Titular da Universidade Federal de Pelotas, RS. Doutorado em Pós-Graduação em Letras pela Pontifícia Católica Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil (2006).

Também tenciona trazer a complexa atividade de revisão de textos e de copidesque para mais próximos do campo dos estudos linguísticos.

Utiliza-se, a título de questionamento, uma discussão acerca das cargas semânticas das palavras ou expressões utilizadas para caracterizar as orações adjetivas explicativas e, a título de exemplificação, questões de revisão de texto e de análise semântica e sinonímica. Para que a análise seja feita, é necessário apresentar, primeiramente, um apanhado teórico sobre o que dizem diferentes gramáticas a respeito das orações subordinadas adjetivas explicativas. Sendo assim, o próximo tópico é destinado à transcrição das definições e a algumas exemplificações de como seis gramáticas apresentam essas orações.

O que dizem as gramáticas

Primeiramente, é válido deixar aqui a informação de que as orações subordinadas adjetivas são as que, de acordo com informações retiradas das gramáticas que serão apresentadas a seguir, têm função de adjetivos; modificam um termo da oração principal; são introduzidas por pronomes relativos e referem-se a termos antecedentes. Além disso, são divididas entre restritivas (geralmente sem pausas) e explicativas (geralmente com pausas, entre vírgulas), sendo essas últimas o foco de atenção da discussão que se segue.

O primeiro material consultado para esta pesquisa, a *Gramática*, de Faraco e Moura (1999), é um livro didático que segue a linha das gramáticas normativas, traz exercícios e se propõe a recorrer a textos de naturezas diversas para a exemplificação da exposição teórica. As orações adjetivas explicativas são tratadas no item *Análise sintática do período*, subitem *Estilística*, com a seguinte definição: “são orações que não limitam o sentido do antecedente. Acrescentam uma informação que pode ser eliminada sem causar prejuízo para a compreensão lógica da frase. Vêm sempre separadas da oração principal por vírgulas.” (FARACO; MOURA, 1999, p. 481). O exemplo dado a essa conceituação é “O Brasil, *que é o maior país da América do Sul*, tem milhões de analfabetos”, a partir do qual se segue a explicação de que “A oração adjetiva explicativa *que é o maior país da América do Sul* pode ser suprimida sem que a compreensão da frase seja prejudicada” (FARACO; MOURA, 1999, p. 481).

A Gramática descritiva do português, de Perini (1999), afasta-se, como o nome já diz, de uma análise normativa da língua, apresentando descrição minuciosa de estruturas sintáticas, semânticas e léxicas. No que tange ao objeto de estudo desta pesquisa, o autor, primeiramente, nomeia as orações adjetivas como orações relativas e, em segundo lugar, opta pela nomenclatura relativa apositiva (em lugar de explicativa) e relativa não apositiva (em lugar de restritiva). Não há exemplos e nem uma definição direta – como encontrada nas demais gramáticas –, apenas a informação de que diferem das primeiras por serem sempre separadas por vírgulas e de que “As construções relativas apositivas têm estrutura sintática semelhante a das não apositivas” (PERINI, 1999, p. 156).

Na Gramática de usos do português, de Neves (2000), há vasta explicação a respeito do pronome “que”. Aliás, a explicação acerca das orações que aqui estão sendo estudadas encontra-se no tópico *Os pronomes relativos – As orações adjetivas*. As explicações dadas nessa gramática baseiam-se em exemplos extraídos de ocorrências reais e, de acordo com a apresentação geral dessa obra, ela mostra como a língua portuguesa é usada atualmente no Brasil. Em relação às orações explicativas, no exemplo “De acordo com um levantamento da Trevisan, as empresas, que trabalham em setores mais competitivos, conseguiram reduzir seus preços entre 15% e 22% nos últimos dois anos”, é dito que a oração adjetiva explicativa “não predica um grupo delimitado (particular) de empresas, mas introduz uma informação adicional. Ela não possibilita identificar *algumas empresas*, mas acrescenta uma informação acerca daquelas empresas de que se fala.” (NEVES, 2000, p. 375).

Para Luft (2002), em sua *Moderna gramática brasileira*, destinada a professores de Ensino Médio e a alunos de graduação em Letras, as orações explicativas “são aquelas que se justapõem a um substantivo (nome ou pronome) já plenamente definido [...] Podem ser eliminadas sem prejuízo do sentido. Sua função é antes estilística: ênfase, reforço etc.” (LUFT, 2002, p. 84). O autor destaca que seria melhor chamá-las de apositivas, já que são a origem do aposto quando da supressão do pronome relativo.

A Novíssima Gramática da Língua Portuguesa, de Cegalla (2008), edição atualizada com o novo acordo ortográfico, com listas de exercícios e questões de concursos, traz o objeto de estudo deste artigo no item *Orações Subordinadas Adjetivas*, com a seguinte definição: “explicam ou esclarecem, à maneira de aposto, o termo antecedente, atribuindo-lhe uma qualidade que lhe é inerente ou acrescentando-lhe uma informação. [...] As explicativas são isoladas por pausas, que na escrita se indicam por vírgulas” (CEGALLA, 2008, p. 391). É

interessante – e animador para o foco deste trabalho – que, ao contrário do que acontece nas outras gramáticas, não há nessas palavras como “dispensada”, “suprimida”. O contraponto, nessa obra, está na definição das orações restritivas: “restringem ou limitam a significação do termo antecedente, sendo indispensáveis ao sentido da frase.” (CEGALLA, 2008, p. 391).

Por último, a Moderna gramática portuguesa, de Bechara (2009), anuncia, em seu prefácio, aliar “uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa” (p. 20). Traz, no tópico *Orações Complexas e grupos oracionais – A subordinação e a coordenação – Orações complexas de transformação adjetiva*, a informação de que “a adjetiva explicativa alude a uma particularidade que não modifica a referência do antecedente e que, por ser mero apêndice, pode ser dispensada sem o prejuízo total da mensagem.” (BECHARA, 2009, p. 467).

É possível resumir que, dessas seis gramáticas, três – Faraco e Moura (1999), Luft (2002) e Bechara (2009) – conceituam as orações explicativas como informações que podem ser dispensadas, enquanto as outras três – Perini (1999), Neves (2000) e Cegalla (2008) – não utilizam palavras com essa carga semântica na caracterização. A seguir, passa-se à abordagem sobre o que há de problemático nas conceituações feitas pelo primeiro trio citado neste parágrafo.

O que se propõe a analisar

Este tópico visa a uma discussão sobre as palavras e expressões pelas quais os autores definem as orações adjetivas explicativas como dispensáveis da frase, tais como “eliminada” e “suprimida”, usadas por Faraco e Moura (1999); “eliminada” e “função estilística”, utilizadas por Luft (2002); e “mero apêndice” e “dispensada”, usadas por Bechara (2009). Entende-se que seja feito, primeiramente, uma análise semântica dessas palavras para a posterior análise semântica das orações.

As palavras “eliminada”, “suprimida” e “dispensada”, todas utilizadas em referência ao que as orações subordinadas adjetivas explicativas podem ser, na visão dos três gramáticos citados no parágrafo anterior, tendem a ser classificadas como sinônimos. Na verdade, sabe-se que não há sinônimos perfeitos, assim, segundo consulta a dicionários, o sentido de *eliminar* está mais próximo a *excluir*, *expulsar* (as orações podem ser excluídas sem causar prejuízo); o

sentido de *suprimir* ao de *eliminar* (as orações podem ser eliminadas sem prejudicar a compreensão da frase); e o sentido de *dispensar* ao de *prescindir de* (a mensagem da frase não é prejudicada sem a escrita da oração). Embora haja algumas especificidades, as três palavras designam que a presença ou não das orações explicativas adjetivas não faz diferença nas frases.

A expressão “mero apêndice” é duplamente problemática, dentro da linha de raciocínio que aqui se desenvolve, visto que um *apêndice* é um acessório (ou seja, algo cuja presença não é obrigatória) e que *mero* tem uma carga pejorativa, resultando a expressão em *um simples acessório cuja presença não é obrigatória*. Já a expressão “função estilística” confere à oração a ideia de que é uma informação utilizada para fins estéticos.

Para Guiraud (1975, p. 26), “as palavras não têm sentido, elas têm apenas empregos. [...] O sentido, tal como nos é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras do contexto, e tais relações são determinadas pela estrutura do sistema linguístico”. Assim, é importante que, neste momento do artigo, seja realizado um debate a respeito não somente do sentido, mas também do emprego das palavras usadas nas definições das orações adjetivas explicativas.

Utilizando-se justamente um exemplo dado por um dos autores citados acima, e levando-se em conta a conceituação proposta por ele, em “Julio César, que foi imperador dos romanos, conquistou as Gálias.” (LUFT, 2002, p. 85), a oração *que foi imperador dos romanos* pode ser considerada um mero apêndice, isto é, uma informação cuja presença ou omissão é indiferente. Entretanto, acredita-se que essa conceituação é posta em dúvida com a leitura de Ilari e Geraldi, 1987, p. 43 – 44:

para que duas expressões sejam sinônimas, não basta que denotem o mesmo conjunto de objetos (pessoas, animais, coisas); exige-se, além do mais, que os denotem por alusão a uma mesma propriedade. Assim, mesmo que as moças mais bonitas do meu bairro fossem, por acaso, as filhas do gerente do Banco do Brasil, as duas expressões *as moças mais bonitas do meu bairro* e *as filhas do gerente do Banco do Brasil* não seriam sinônimas [...] a *referência* das duas expressões é idêntica, as duas expressões são coextensivas (têm a mesma *extensão*, denotam os mesmo objetos), mas têm sentidos diferentes. Além de identidade de extensão, a sinonímia é identidade de sentido ou, como dizem também os semanticistas, de *intensão*.

Dessa citação, interpreta-se que, no exemplo anterior, a oração *que foi imperador dos romanos* não pode ser um mero apêndice, pois, nessa frase, a oração é coextensiva a Júlio César, entretanto, poderia também ser coextensiva a outro imperador, anterior ou posterior a Júlio César, e a esse poderia ter sido dado outro destaque, ou seja, há um motivo dessa escolha ter sido feita e, a partir disso, diminuem as chances de se aceitar que não faz diferença a presença ou não da oração adjetiva explicativa. Da mesma maneira, na exemplificação “O homem, que vinha a cavalo, parou defronte a igreja” (BECHARA, 2009, p. 467), entende-se inadequado dizer que a oração *que vinha a cavalo* pode ser dispensada, uma vez que, de acordo com a perspectiva semântica, *o homem* e [o homem] que vinha a cavalo têm sentidos diferentes, mesmo que denotem o mesmo objeto (sujeito) na frase.

Semelhante interpretação é feita do exemplo “O mundo dos perfumes de luxo do Brasil, que são todos importados, é muito peculiar” (FARACO; MOURA, 1999, p. 481), no qual a oração *que são todos importados*, se suprimida, poderia, sim, causar algum dano à compreensão para o leitor. No caso de essa frase estar, por exemplo, inserida em um texto em que o autor desejasse expressar uma mensagem especificamente sobre o fato de que todos os perfumes de luxo do Brasil são importados, a supressão incidiria sobre a mensagem.

Finaliza-se este bloco argumentativo com a ideia de que “como no caso da sinonímia lexical, a escolha entre duas frases sinônimas por razões estruturais nunca é completamente inocente.” (ILARI, GERALDI, 1987, p. 49). Ou seja, mesmo a oração adjetiva explicativa podendo ser substituída por um ou mais elementos contidos na oração da qual é subordinada, defende-se aqui a ideia de que não é adequado dizer que ela pode ser eliminada, dispensada ou suprimida da frase sem que isso cause algum tipo de alteração ao sentido do enunciado, nem tampouco que essa oração seja um mero apêndice ou tenha uma função estilística, uma vez que há diferença entre o fato de essa oração estar ou não estar presente na frase.

O que está relacionado com o copidesque

Há diferença entre revisar um texto e fazer copidesque. De acordo com autores que vêm estudando e escrevendo sobre a prática de revisão, copidesque é “aportuguesamento do inglês *copy desk*, já adotado pelo Aurélio há muitos anos. É um trabalho mais difícil e exigente do que o de revisão propriamente dito. Copidesque é – até certo modo – reescrever, retrabalhar um original.” (MALTA, 2000, p. 16).

Assim, entende-se que, para o profissional que faz o trabalho de copidesque, há mais liberdade em relação a modificações, acréscimo e apagamento de informações nos textos do que para o profissional que faz a revisão textual, pois, de acordo com Coelho Neto (2013), “se [exercer atividade de] revisão, o revisor deve limitar-se a isso e não se deixar contaminar pela sensação que toma conta da maioria das pessoas que redigem: a insatisfação com o que produziu” (p. 106), ou seja, não fazer alterações além das estritamente necessárias, tendo em mente que não é o autor do texto. Nesta análise, será utilizada a perspectiva revisor/copidesque, referindo-se ao profissional que realiza trabalho de revisão textual, mas que também está apto a reescrever determinadas estruturas.

As orações subordinadas adjetivas explicativas que agora passam a ser analisadas foram retiradas de trabalhos acadêmicos revisados voluntariamente pela autora deste artigo no projeto de pesquisa *Competências e habilidades de redator e revisor de textos – perspectiva profissional*, vinculado à Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Traz-se como primeiro fragmento à discussão a frase abaixo:

(1) No que diz respeito ao hábito de crescimento [dos feijões], as variedades podem pertencer ao tipo indeterminado trepador, que se caracteriza pelo desenvolvimento da gema terminal em uma guia, ou ao determinado anão, que se caracteriza pelo desenvolvimento completo da gema terminal em uma inflorescência. (grifo meu).

De acordo com as conceituações de gramáticos, que são contestadas neste trabalho, a frase acima seria sinônima de “No que diz respeito ao hábito de crescimento, as variedades podem pertencer ao tipo indeterminado trepador ou ao determinado anão”, já que as orações explicativas, segundo eles, são dispensáveis. Contudo, atenta-se para o fato de que é também trabalho do revisor/copidesque primar pela coerência do texto, uma vez que:

a coerência está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto em numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto. (KOCH; TRAVAGLIA, 1995, p. 21).

Ou seja, além de conhecer as regras, o revisor/copidesque também precisa fazer com que essas regras de boa escrita na superfície textual (coesão) sirvam para que o texto chegue ao autor de modo coerente, a fim de que a informação contida na frase seja suficiente para que o texto, como um todo, faça sentido. Não parece certo considerar que todos os potenciais leitores do trabalho ao qual pertence o fragmento saibam como se caracterizam os diferentes tipos de feijões, principalmente por ser esse um trabalho destinado à divulgação científica. Abaixo, outro fragmento:

(2) A característica da planta de bom crescimento vegetativo no período de outono, que perdura até a ocorrência de geada no inverno, aliada à alta qualidade nutricional quanto ao teor de proteína bruta, torna a planta uma excelente alternativa de produção de forragem no momento de escassez de pasto. (grifo meu).

Primeiramente, embora não haja espaço aqui para uma ampla discussão a respeito das competências do revisor/copidesque, tem-se como verdade que “o revisor exerce uma posição de crítico construtivo do material escrito. E para apontar problemas num texto, o revisor necessita conhecer a técnica da redação” (COELHO NETO, 2013, p. 135). Assim, deve estar claro para esse profissional, no caso do fragmento destacado acima, que a oração utilizada entre vírgulas e precedida pelo pronome relativo é uma explicativa.

Entretanto, mesmo se o revisor/copidesque tivesse como base as conceituações de gramáticos que são contestadas neste trabalho, não pensaria ele que a oração *que perdura até a ocorrência de geada no inverno*, poderia ser eliminada da frase, pois saberia que o processo de revisão leva em conta “não apenas os aspectos formais, estruturais e notacionais mas também os discursivos, as relações de sentido” (OLIVEIRA, 2010, p. 110). Ou seja, entenderia *que perdura até a ocorrência da geada no inverno* como uma informação adicional que, se fosse eliminada da frase em questão, afetaria a intensão discursiva do autor – e isso não faz parte de um trabalho consciente nem de revisão e nem de copidesque. Para terminar esta análise, traz-se um último exemplo:

(3) *Enfim, essas leituras mostraram a evolução gradual da postura de leitor daquelas crianças até chegar ao momento maior do projeto, que era a descoberta de poder ler, descoberta esta que, pelos depoimentos colhidos com alguns alunos da turma, mostrou o quanto ficaram motivados.* (grifo meu).

Nesse fragmento, a oração *que era a descoberta de poder ler* denota uma apreciação pessoal do autor, ou seja, para ele, a descoberta de poder ler é *o momento maior do projeto*. Segundo Oliveira (2010, p. 111), “ao se debruçar sobre os dois polos do texto no processo de revisão – o do enunciado (unidade da comunicação discursiva) e o da oração (unidade da língua) –, o revisor pode avaliar a forma do conteúdo, e não apenas a forma pela forma”, atitude essa que evita o risco de que conteúdos idiossincráticos do ator sejam relegados. Em outras palavras, avaliando a função significativa dessa oração na frase (um posicionamento do autor), o revisor/copidesque não a consideraria como eliminável, em uma hipotética reescrita.

Considerações finais

Propôs-se, neste artigo, que a oração subordinada adjetiva explicativa não deve ser definida como passível de eliminação ou supressão, nem mesmo ser vista como um apêndice ou função estilística. Sua função, de acordo com a análise desenvolvida neste artigo, vai além de amplificar o conteúdo informacional de uma frase, entendendo-se que sua presença, em alguns casos, é essencial para que o leitor possa compreender o sentido do texto, assim como a intencionalidade do autor.

A relação entre a revisão de textos e o estudo das orações subordinadas adjetivas explicativas é estabelecida pelo próprio pronome relativo *que*. Defende-se isso com base no fato de que “o pronome relativo ocupa, na oração em que ocorre, (a oração adjetiva), a mesma posição que seria ocupada pelo constituinte que ele representa” (NEVES, 2000, p. 365) e que, portanto, da mesma forma que não cabe ao revisor excluir o sujeito da frase, não lhe cabe excluir a oração que desempenha essa função subordinadamente – e com sentido diferente.

Por fim, acrescenta-se que, apesar de a atenção ter sido direcionada à atividade de revisão e copidesque, as observações levantadas nesta pesquisa estendem-se ao uso da escrita feito pelos usuários da língua portuguesa. Deixa-se como sugestão, para pesquisas futuras, a possibilidade de ser aprofundado o estudo sobre como a análise semântica e sinônímica pode

modificar definições fornecidas por algumas gramáticas normativas às orações subordinadas adjetivas explicativas.

Referências

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 48. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 3. ed. Brasília: Editora Senac-DF, 2013.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. *Gramática*. 18. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GUIRAUD, Pierre. *Semântica*. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1995.

ILARI, Rodolfo; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1987.

KOCH, Ingedore G. Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

MALTA, Luiz Roberto S. S. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. *Revisão de textos: da prática à teoria*. Natal: Edufrn, 2010.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.